RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	64
Candidato	Camila Telles da Silva
Vaga	Pedagogo - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3505

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	3

À Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2026 – Banca AMAUC: Solicito a ANULAÇÃO da Questão 03 da prova de Pedagogo, tendo em vista vícios insanáveis na formulação das alternativas propostas. O enunciado da questão toma como referência o vocábulo "indígena", solicitando que o candidato assinale a alternativa com vocábulos acentuados pela mesma regra gramatical. A palavra "indígena" é proparoxítona, cuja regra estabelece que todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas graficamente. Contudo, nenhuma das alternativas apresenta exclusivamente vocábulos proparoxítonas devidamente acentuados: Alternativa (A): "Filantropo, cáfila e bígamo" — O termo "filantropo" é uma palavra paroxítona (fi-lan-tro-po), não recebendo acento gráfico. Alternativa (B): "Antídoto, pudico e ávido" — O vocábulo "pudico" é uma palavra paroxítona (pu-di-co) e não proparoxítona. Alternativa (C): "Alíbi, recorde e aeródromo" — O termo "recorde" é paroxítono (re-cor-de) e não proparoxírito. Alternativa (D): "Bávaro, alcoólatra e veículo" — O vocábulo "veículo" é acentuado primariamente pela regra do hiato (segunda vogal do hiato "i" tônica, isolada na sílaba) e não meramente por ser proparoxítona. Ademais, a grafia registrada no caderno impresso sem hífen/estrutura adequada compromete o alinhamento com a norma padrão. Alternativa (E): "Crisântemo, caracteres e ômega" — O vocábulo "caracteres" é tonomente pluralizado como paroxítono (ca-rac-te-res), sem acento gráfico. Diante da incontestável inexistência de uma alternativa em que todos os vocábulos sejam estritamente regidos pela mesma regra de acentuação das proparoxítonas (como o vocábulo referência "indígena"), requer-se a anulação da questão e a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	3

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O vocábulo indígena (in-dí-ge-na) é proparoxítono e recebe acento gráfico em razão da regra segundo a qual todas as palavras proparoxítonas são acentuadas. O enunciado solicita, portanto, a alternativa em que os três vocábulos devam ser acentuados por essa mesma regra.

(correta) Bavaro, alcoolotra e veiculo.
Os três vocábulos são proparoxítonos e devem ser acentuados: bá-va-ro, al-co-ó-la-tra e ve-í-cu-lo. Quanto a veículo, a circunstância de o i tônico formar hiato com a vogal anterior não afasta a aplicação da regra das proparoxítonas, que é suficiente para determinar o acento. A regra de acentuação do i e do u tônicos em hiato aplica-se às palavras oxítonas e paroxítonas, conforme estabelece a Base X do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e não às proparoxítonas, que se acentuam sempre, independentemente de formar hiato ou não. Não procede, portanto, a alegação de que veículo seria acentuado por regra distinta da de indígena.

(incorreta) Antidoto, pudico e avido.
Antídoto e ávido são proparoxítonos, mas pudico é paroxítono (pu-di-co), com sílaba tônica em di, e, na norma-padrão, não recebe acento gráfico. A pronúncia proparoxítona (púdico) constitui desvio prosódico, não registrado como forma da norma-padrão. Não procede, portanto, a alegação de que essa alternativa também apresentaria três vocábulos

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 64

proparoxítonos.

(incorreta) Alibi, recorde e aerodromo.
Álibi e aeródromo são proparoxítonos, mas recorde é paroxítono (re-cor-de) e não recebe acento gráfico.

(incorreta) Filantropo, cafila e bigamo.
Cáfila e bígamo são proparoxítonos, mas filantropo é paroxítono (fi-lan-tro-po) e não recebe acento gráfico.

(incorreta) Crisantemo, caracteres e omega.
Crisântemo e ômega são proparoxítonos, mas caracteres é paroxítono (ca-rac-te-res) e não recebe acento gráfico.

Assim, apenas a alternativa que apresenta bávaro, alcoólatra e veículo reúne três vocábulos que devem ser acentuados pela mesma regra de indígena.
Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.
Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	64
Candidato	Camila Telles da Silva
Vaga	Pedagogo - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3506

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	1

À Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2026 – Banca AMAUC: Solicito a adequação/confirmação do gabarito oficial da Questão 01 para a Alternativa (E). A asserção I afirma que "cor-de-rosa" é uma exceção à regra geral de locuções substantivas que não levam hífen. A asserção II justifica que, enquanto locuções como "cor de vinho" perderam o hífen pelo Novo Acordo Ortográfico, "cor-de-rosa" foi mantida como exceção consagrada pelo uso. Segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Base XV, 2º), não se usa hífen em locuções substantivas, adjetivas ou prepositivas. No entanto, a própria regra ortográfica e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) ressalvam exceções consagradas pelo uso, sendo "cor-de-rosa" uma das exceções explícitas. Portanto, a Asserção I é verdadeira, a Asserção II é verdadeira e a II é a justificativa correta da I, configurando gabarito na Alternativa (E).

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	1

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O recurso solicita a confirmação do gabarito na alternativa que considera ambas as asserções verdadeiras e a segunda como justificativa correta da primeira. Essa é exatamente a alternativa indicada no gabarito preliminar, razão pela qual não há alteração a ser promovida.

(verdadeira) I. O vocábulo cor-de-rosa exemplifica uma exceção à regra geral das locuções substantivas, que, em regra, não são hifenizadas.
Conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Base XV), não se emprega hífen nas locuções de qualquer tipo, sejam substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso, entre as quais o próprio Acordo menciona cor-de-rosa.

(verdadeira) II. Locuções substantivas comuns, como cor de vinho e café com leite, não recebem hífen; contudo, cor-de-rosa é registrada como exceção consagrada pelo uso, mantendo o hífen mesmo após o Novo Acordo Ortográfico.
A asserção explica a regra geral, segundo a qual locuções como cor de vinho e café com leite são grafadas sem hífen, e a exceção prevista no próprio Acordo para cor-de-rosa, forma consagrada pelo uso. Por explicar a razão pela qual cor-de-rosa constitui exceção à regra, a asserção II justifica corretamente a asserção I.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar: as asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	197
Candidato	Fabiane Lúcia Mocelin
Vaga	Pedagogo - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3509

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	3

À Banca Organizadora do Concurso
Assunto: Recurso Contra o Gabarito Preliminar — Questão 03

Pedido: Alteração do Gabarito Oficial da Alternativa D para a Alternativa B

A Questão 03 apresenta como palavra-base o vocábulo "indígena", solicitando que o candidato assinale a alternativa contendo vocábulos que devam receber acento gráfico pela mesma regra aplicada ao termo de referência.

A palavra "indígena" é classificada gramancialmente como proparoxítona (in-dí-ge-na) e segue a regra geral de acentuação das proparoxítonas ("todas as palavras proparoxítonas são acentuadas graficamente")

Na Alternativa D ("Bavaro, alcoolotra e veiculo"): Embora bávaro e alcoólatra sejam proparoxítonas, o vocábulo veículo (ve-í-cu-lo) tem seu acento gráfico determinado pela Regra Especial dos Hiatos (acentuam-se o I e o U tônicos quando formam hiato com a vogal anterior, sozinhos na sílaba ou acompanhados de S, e não seguidos de NH).
Portanto, "veículo" não é acentuado primariamente pela regra geral das proparoxítonas, o que invalida a assertiva segundo o comando do enunciado ("pela mesma regra de
indígena").

Na Alternativa B ("Antidoto, pudico e avido"):
Antídoto (an-tí-do-to): palavra proparoxítona, obrigatoriamente acentuada.
Púdico (pú-di-co): conforme registro de dupla prosódia aceita na norma culta / padrão e estudos lexicográficos modernos para a grafia proparoxítona acentuada, integra o grupo das proparoxítonas.
Ávido (á-vi-do): palavra proparoxítona, obrigatoriamente acentuada. Todos os três termos do item B pertencem à classe das palavras proparoxítonas, devendo ser acentuados estritamente sob a mesma regra geral de "indígena".

Do Pedido
Diante da fundamentação gramatical e ortográfica apresentada:Constata-se que a Alternativa D envolve a regra dos hiatos no vocábulo veículo, desviando-se da regra geral exigida. A Alternativa B cumpre integralmente o requisito do enunciado. Respeitosamente, solicita-se a esta Banca Examinadora a retificação do gabarito preliminar da Questão 03, alterando a alternativa considerada correta da letra D para a letra B.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	3

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O vocábulo indígena (in-dí-ge-na) é proparoxítono e recebe acento gráfico em razão da regra segundo a qual todas as

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 197

palavras proparoxítonas são acentuadas. O enunciado solicita, portanto, a alternativa em que os três vocábulos devam ser acentuados por essa mesma regra.

(correta) Bavaro, alcoolotra e veiculo.
Os três vocábulos são proparoxítonos e devem ser acentuados: bá-va-ro, al-co-ó-la-tra e ve-í-cu-lo. Quanto a veículo, a circunstância de o i tônico formar hiato com a vogal anterior não afasta a aplicação da regra das proparoxítonas, que é suficiente para determinar o acento. A regra de acentuação do i e do u tônicos em hiato aplica-se às palavras oxítonas e paroxítonas, conforme estabelece a Base X do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e não às proparoxítonas, que se acentuam sempre, independentemente de formar hiato ou não. Não procede, portanto, a alegação de que veículo seria acentuado por regra distinta da de indígena.

(incorreta) Antidoto, pudico e avido.
Antídoto e ávido são proparoxítonos, mas pudico é paroxítono (pu-di-co), com sílaba tônica em di, e, na norma-padrão, não recebe acento gráfico. A pronúncia proparoxítona (púdico) constitui desvio prosódico, não registrado como forma da norma-padrão. Não procede, portanto, a alegação de que essa alternativa também apresentaria três vocábulos proparoxítonos.

(incorreta) Alibi, recorde e aerodromo.
Álibi e aeródromo são proparoxítonos, mas recorde é paroxítono (re-cor-de) e não recebe acento gráfico.

(incorreta) Filantropo, cafila e bigamo.
Cáfila e bígamo são proparoxítonos, mas filantropo é paroxítono (fi-lan-tro-po) e não recebe acento gráfico.

(incorreta) Crisantemo, caracteres e omega.
Crisântemo e ômega são proparoxítonos, mas caracteres é paroxítono (ca-rac-te-res) e não recebe acento gráfico.

Assim, apenas a alternativa que apresenta bávaro, alcoólatra e veículo reúne três vocábulos que devem ser acentuados pela mesma regra de indígena.
Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.
Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	82
Candidato	Jaíne Maria Albiero Simon
Vaga	Pedagogo - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3513

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	4

RECURSO CONTRA A QUESTÃO 4 – PROVA DE PEDAGOGO
Concurso Público nº 01/2026 – Prefeitura Municipal de Arabutã/SC

Objeto: Solicitação de revisão do gabarito ou anulação da questão 4

Venho, respeitosamente, interpor recurso contra a questão 4 da prova objetiva para o cargo de Pedagogo, solicitando a revisão do gabarito preliminar ou, subsidiariamente, a anulação da questão, em razão de possível incompatibilidade entre a análise linguística das afirmativas apresentadas e as alternativas disponibilizadas.

A questão propõe a análise de elementos de coesão e coerência textual, exigindo que o candidato identifique quais afirmativas estão corretas. Entretanto, a análise dos mecanismos de referenciação presentes no texto conduz, de maneira fundamentada, à combinação das afirmativas **II, III e IV**, combinação que não consta entre as alternativas oferecidas.

Em relação à **afirmativa I**, o emprego do pronome demonstrativo “isso” deve ser analisado considerando o contexto em que aparece e sua função na construção dos sentidos do texto. Na passagem em questão, o termo pode ser interpretado como elemento de retomada de uma ideia anteriormente apresentada, caracterizando referência anafórica, e não catafórica. Assim, caso a afirmativa atribua ao pronome a função de antecipar uma informação posterior, sua classificação como correta torna-se questionável, pois a análise deve considerar a relação efetivamente estabelecida entre o pronome e o conteúdo textual.

Quanto à **afirmativa II**, o pronome demonstrativo “esses” estabelece uma relação referencial com os povos mencionados no contexto, contribuindo para a continuidade temática e para a coesão do texto. Embora seja necessário distinguir os povos de suas respectivas culturas, a referência contextual permite reconhecer a função coesiva do demonstrativo.

A **afirmativa III** apresenta uma relação de sentido coerente com o trecho analisado, ao destacar que os povos indígenas e quilombolas são historicamente presentes. Essa construção contrapõe-se à ideia de que seriam grupos pertencentes exclusivamente ao passado, contribuindo para a compreensão da mensagem e para a progressão do sentido textual.

Por sua vez, a **afirmativa IV** está adequada à análise sintática e textual. Na expressão “desafios que vivenciamos”, o pronome relativo “que” retoma o substantivo “desafios” e exerce a função sintática de objeto direto do verbo “vivenciamos”, uma vez que corresponde àquilo que é vivenciado.

Dessa forma, considerando a interpretação apresentada, as afirmativas II, III e IV são defensáveis como corretas, enquanto a afirmativa I apresenta problema de classificação quanto ao mecanismo de referenciação. Contudo, as alternativas da questão contemplam apenas as seguintes combinações: I e II; IV; II e IV; I, II, III e IV; ou III e IV. **Não há alternativa que corresponda à combinação II, III e IV**, resultante da análise exposta.

Tal circunstância compromete a objetividade da questão, pois o candidato deve selecionar uma única alternativa que corresponda integralmente à análise linguística solicitada. Não se mostra adequado exigir uma combinação exata de afirmativas quando a interpretação fundamentada dos elementos textuais conduz a um resultado não contemplado entre as

opções de resposta.

Diante do exposto, solicito à Banca Examinadora:

1. **A revisão do gabarito**, caso seja possível demonstrar, à luz do texto e dos conceitos de coesão textual e análise sintática, que outra alternativa contempla integralmente as afirmativas corretas; ou
2. **A anulação da questão 4**, caso se confirme que as afirmativas II, III e IV são corretas e que a afirmativa I não apresenta a função referencial indicada no enunciado, uma vez que não existe alternativa correspondente a essa combinação.

O presente recurso fundamenta-se na necessidade de assegurar precisão conceitual, coerência entre o enunciado e as alternativas e objetividade na avaliação dos conhecimentos dos candidatos.

Termos em que, pede deferimento.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	4

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

(incorreta) I. O pronome isso retoma cataforicamente o conteúdo apresentado na oração seguinte, antecipando a ideia de que os povos indígenas e quilombolas são historicamente presentes.
O pronome isso estabelece referência anafórica: retoma a ideia expressa no período anterior do texto, a necessidade de ouvir e reconhecer essas diversidades. Não antecipa, portanto, o conteúdo da oração seguinte.

(incorreta) II. O pronome esses estabelece referência anafórica às culturas indígenas e quilombolas mencionadas no contexto, cuja condição histórica é posteriormente reafirmada pela expressão São povos historicamente presentes.
O pronome esses, flexionado no masculino plural, não retoma o substantivo feminino culturas, com o qual não concorda. Refere-se aos povos indígenas e quilombolas, referente depreendido do contexto e confirmado em seguida por São povos historicamente presentes. Se retomasse culturas, a forma empregada seria essas. A afirmativa atribui ao pronome, portanto, referente que não lhe corresponde. A distinção entre os povos e suas culturas, reconhecida inclusive em parte dos recursos, é precisamente o que torna a afirmativa incorreta. Não se discute, na afirmativa, a existência de função coesiva do pronome, que de fato estabelece referência anafórica, mas a identificação do termo por ele retomado. A afirmativa indica como referente as culturas indígenas e quilombolas, e não os povos, de modo que o reconhecimento da função coesiva do demonstrativo não a torna correta.
(correta) III. A oração São povos historicamente presentes... estabelece uma relação de contraposição com a ideia anteriormente apresentada, equivalente ao sentido introduzido pela conjunção mas, ao reafirmar a presença contemporânea dos povos indígenas e quilombolas.
A afirmativa não trata da relação entre o segundo período e o período anterior em sua totalidade, mas da relação com a ideia anteriormente apresentada, isto é, a de que esses são povos do passado. Com essa ideia, a oração São povos historicamente presentes estabelece clara relação de contraposição: à representação dos povos indígenas e quilombolas como povos do passado opõe-se sua caracterização como historicamente presentes, com produções e lutas contemporâneas. Essa oposição entre passado e presente corresponde ao sentido de contraste expresso pela conjunção mas (não são povos do passado, mas povos historicamente presentes).
Quanto à alegação de que a relação entre os períodos admitiria leitura explicativa, cumpre observar que a eventual possibilidade de se articular o segundo período ao primeiro por meio de conjunção explicativa não elimina a relação de contraposição que a oração estabelece com a ideia de que esses seriam povos do passado, que é o objeto da afirmativa. A reformulação proposta em recurso (...para não reforçar no imaginário dos estudantes que esses são povos do passado, pois

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 82

são povos historicamente presentes...) confirma, aliás, a relação de contraposição: a oração só pode funcionar como justificativa porque a caracterização desses povos como historicamente presentes se opõe à ideia de que seriam povos do passado. A relação explicativa entre os períodos não exclui, portanto, a contraposição identificada na afirmativa; ao contrário, nela se apoia. Do mesmo modo, a classificação das orações como coordenadas assindéticas, invocada em recurso, não afasta a relação de oposição, pois, entre orações justapostas, as relações semânticas se depreendem do sentido, e não da presença de conectivo, e a afirmativa não sustenta haver conjunção adversativa no trecho, mas equivalência de sentido com a introduzida por mas.

(correta) IV. O pronome relativo que, em que vivenciamos, estabelece coesão referencial ao retomar o termo desafios, mencionado anteriormente, e exerce a função de objeto direto do verbo vivenciar.

O pronome relativo que retoma o antecedente desafios, estabelecendo coesão referencial, e, na oração adjetiva (vivenciamos os desafios), exerce a função de objeto direto do verbo transitivo direto vivenciar.

Assim, estão corretas as afirmativas III e IV, conforme o gabarito.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	118
Candidato	Janiele Betina Bogoni
Vaga	Pedagogo - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3508

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	3

Questão número 03: tanto B (antídoto, púdico, ávido) quanto D (bávaro, alcoólatra, veículo) são proparoxítonas. Marquei B, mas D também está correta. Na opção D, inclusive a grafia "alcoolotra" aparece com erro de digitação.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	3

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O vocábulo indígena (in-dí-ge-na) é proparoxítono e recebe acento gráfico em razão da regra segundo a qual todas as palavras proparoxítonas são acentuadas. O enunciado solicita, portanto, a alternativa em que os três vocábulos devam ser acentuados por essa mesma regra.

(correta) Bavaro, alcoolotra e veiculo.
Os três vocábulos são proparoxítonos e devem ser acentuados: bá-va-ro, al-co-ó-la-tra e ve-í-cu-lo. Quanto a veículo, a circunstância de o i tônico formar hiato com a vogal anterior não afasta a aplicação da regra das proparoxítonas, que é suficiente para determinar o acento. A regra de acentuação do i e do u tônicos em hiato aplica-se às palavras oxítonas e paroxítonas, conforme estabelece a Base X do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e não às proparoxítonas, que se acentuam sempre, independentemente de formar hiato ou não. Não procede, portanto, a alegação de que veículo seria acentuado por regra distinta da de indígena. Quanto à grafia alcoolotra, mencionada em recurso, trata-se de erro de digitação no vocábulo alcoólatra, que não compromete a resolução da questão, pois a sílaba tônica permanece na antepenúltima posição e a regra de acentuação cobrada não é afetada.

(incorreta) Antidoto, pudico e avido.
Antídoto e ávido são proparoxítonos, mas pudico é paroxítono (pu-di-co), com sílaba tônica em di, e, na norma-padrão, não recebe acento gráfico. A pronúncia proparoxítona (púdico) constitui desvio prosódico, não registrado como forma da norma-padrão. Não procede, portanto, a alegação de que essa alternativa também apresentaria três vocábulos proparoxítonos.

(incorreta) Alibi, recorde e aerodromo.
Álibi e aeródromo são proparoxítonos, mas recorde é paroxítono (re-cor-de) e não recebe acento gráfico.

(incorreta) Filantropo, cafila e bigamo.
Cáfila e bígamo são proparoxítonos, mas filantropo é paroxítono (fi-lan-tro-po) e não recebe acento gráfico.

(incorreta) Crisantemo, caracteres e omega.
Crisântemo e ômega são proparoxítonos, mas caracteres é paroxítono (ca-rac-te-res) e não recebe acento gráfico.

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 118

Assim, apenas a alternativa que apresenta bávaro, alcoólatra e veículo reúne três vocábulos que devem ser acentuados pela mesma regra de indígena.
Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.
Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3510

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	3

Solicito a revisão do gabarito preliminar da Questão 03, que considera correta a alternativa E (III e IV), uma vez que a afirmativa III admite contestação quanto à relação semântica atribuída às orações.

De acordo com Cunha e Cintra (2016, p. 610), as orações coordenadas podem estar justapostas, sem conectivo explícito, constituindo orações coordenadas assindéticas, ou ligadas por conjunção coordenativa. Essa distinção é relevante para a análise do trecho em questão, no qual os períodos são separados por ponto final, sem a presença de conjunção adversativa que estabeleça expressamente a relação de contraposição indicada na afirmativa III.

No trecho apresentado, a afirmação de que é importante evitar o reforço da ideia de que os povos indígenas e quilombolas pertencem ao passado é seguida pela informação de que são povos historicamente presentes, com produções e lutas contemporâneas. Essa informação pode ser compreendida como esclarecimento e fundamentação da afirmação anterior, pois evidencia a razão pela qual é necessário evitar uma representação desses povos como pertencentes exclusivamente ao passado. Essa interpretação pode ser ilustrada pela seguinte reformulação: “No caso das culturas indígenas e quilombolas, isso é especialmente importante para não reforçar no imaginário dos estudantes que esses são povos do passado, pois são povos historicamente presentes, com produções e lutas contemporâneas em meio aos desafios que vivenciamos para estruturar a sociedade brasileira no tempo presente”.

Assim, a relação entre os períodos também admite uma leitura explicativa ou justificativa, considerando a progressão argumentativa do trecho. Desse modo, questiona-se a atribuição de uma relação específica de contraposição à afirmativa III, uma vez que essa interpretação não é expressamente estabelecida por um conectivo adversativo.

Diante do exposto, solicita-se a revisão do gabarito, com o reconhecimento da alternativa C (IV, apenas). Subsidiariamente, caso se considere que a relação semântica entre os períodos permite interpretações distintas, solicita-se a anulação da questão.

REFERÊNCIA

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	3

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

(incorreta) I. O pronome isso retoma cataforicamente o conteúdo apresentado na oração seguinte, antecipando a ideia de que os povos indígenas e quilombolas são historicamente presentes.
O pronome isso estabelece referência anafórica: retoma a ideia expressa no período anterior do texto, a necessidade de ouvir

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

e reconhecer essas diversidades. Não antecipa, portanto, o conteúdo da oração seguinte.

(incorreta) II. O pronome esses estabelece referência anafórica às culturas indígenas e quilombolas mencionadas no contexto, cuja condição histórica é posteriormente reafirmada pela expressão São povos historicamente presentes.
O pronome esses, flexionado no masculino plural, não retoma o substantivo feminino culturas, com o qual não concorda. Refere-se aos povos indígenas e quilombolas, referente depreendido do contexto e confirmado em seguida por São povos historicamente presentes. Se retomasse culturas, a forma empregada seria essas. A afirmativa atribui ao pronome, portanto, referente que não lhe corresponde. A distinção entre os povos e suas culturas, reconhecida inclusive em parte dos recursos, é precisamente o que torna a afirmativa incorreta. Não se discute, na afirmativa, a existência de função coesiva do pronome, que de fato estabelece referência anafórica, mas a identificação do termo por ele retomado. A afirmativa indica como referente as culturas indígenas e quilombolas, e não os povos, de modo que o reconhecimento da função coesiva do demonstrativo não a torna correta.
(correta) III. A oração São povos historicamente presentes... estabelece uma relação de contraposição com a ideia anteriormente apresentada, equivalente ao sentido introduzido pela conjunção mas, ao reafirmar a presença contemporânea dos povos indígenas e quilombolas.
A afirmativa não trata da relação entre o segundo período e o período anterior em sua totalidade, mas da relação com a ideia anteriormente apresentada, isto é, a de que esses são povos do passado. Com essa ideia, a oração São povos historicamente presentes estabelece clara relação de contraposição: à representação dos povos indígenas e quilombolas como povos do passado opõe-se sua caracterização como historicamente presentes, com produções e lutas contemporâneas. Essa oposição entre passado e presente corresponde ao sentido de contraste expresso pela conjunção mas (não são povos do passado, mas povos historicamente presentes).
Quanto à alegação de que a relação entre os períodos admitiria leitura explicativa, cumpre observar que a eventual possibilidade de se articular o segundo período ao primeiro por meio de conjunção explicativa não elimina a relação de contraposição que a oração estabelece com a ideia de que esses seriam povos do passado, que é o objeto da afirmativa. A reformulação proposta em recurso (...para não reforçar no imaginário dos estudantes que esses são povos do passado, pois são povos historicamente presentes...) confirma, aliás, a relação de contraposição: a oração só pode funcionar como justificativa porque a caracterização desses povos como historicamente presentes se opõe à ideia de que seriam povos do passado. A relação explicativa entre os períodos não exclui, portanto, a contraposição identificada na afirmativa; ao contrário, nela se apoia. Do mesmo modo, a classificação das orações como coordenadas assindéticas, invocada em recurso, não afasta a relação de oposição, pois, entre orações justapostas, as relações semânticas se depreendem do sentido, e não da presença de conectivo, e a afirmativa não sustenta haver conjunção adversativa no trecho, mas equivalência de sentido com a introduzida por mas.
(correta) IV. O pronome relativo que, em que vivenciamos, estabelece coesão referencial ao retomar o termo desafios, mencionado anteriormente, e exerce a função de objeto direto do verbo vivenciar.
O pronome relativo que retoma o antecedente desafios, estabelecendo coesão referencial, e, na oração adjetiva (vivenciamos os desafios), exerce a função de objeto direto do verbo transitivo direto vivenciar.
Assim, estão corretas as afirmativas III e IV, conforme o gabarito.
Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.
Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3511

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	5

Venho, por meio deste, contestar a Questão 5, a qual aponta como correta a alternativa C, com o objetivo de demonstrar a inconsistência da afirmativa III e solicitar a alteração do gabarito oficial para a alternativa E.

A afirmativa III afirma que, caso a construção fosse "pode reforçar o pertencimento a lenda, as cantigas e as...", o verbo estaria corretamente empregado no singular, pois o verbo pode concordar com o núcleo mais próximo. O gabarito oficial considerou esta afirmativa como correta; no entanto, a formulação proposta pela banca na afirmativa III incorre em inadequação sintática, ambiguidade grave e violação das regras de regência e concordância da norma-padrão.

De acordo com a gramática normativa da língua portuguesa, a frase sugerida pela banca apresenta uma falha estrutural e de paralelismo sintático ao truncar a enumeração e gerar confusão entre o objeto direto e os núcleos do sujeito.

Mesmo que se interprete "a lenda" como o primeiro núcleo, a construção exige rigor de determinantes para evitar ambiguidade e agramaticalidade.

Sendo imprópria e falha a construção da assertiva III, a alternativa C torna-se insustentável, remanescendo como correta a alternativa E, que valida apenas as afirmativas I, II e IV, cujas regras sobre sujeito composto antecipado, expressões partitivas e coletivos são sólidas e inquestionáveis na gramática normativa. Diante do exposto, requer-se o acolhimento deste recurso com a respectiva alteração do gabarito da Questão 05 de C para E.

REFERÊNCIA

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. (Especificamente quanto às regras de concordância verbal com sujeito composto antecipado/posposto e construções partitivas).

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	5

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

(correta) I. O verbo poder está flexionado no plural para concordar com o sujeito composto, formado por três núcleos coordenados.
Em lendas, cantigas e brincadeiras populares podem reforçar o pertencimento, o sujeito é composto, com três núcleos (lendas, cantigas e brincadeiras), e está anteposto ao verbo, que concorda com o conjunto no plural: podem.

(correta) II. Caso o trecho fosse reescrito como A maioria das lendas, cantigas e brincadeiras populares pode reforçar o pertencimento, a concordância estaria de acordo com a norma-padrão.
Com expressões partitivas como a maioria de, seguidas de especificador no plural, a norma-padrão admite a concordância do

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

verbo com o núcleo maioria, no singular, ou com o especificador, no plural. A forma singular pode está, portanto, de acordo com a norma-padrão.

(correta) III. Caso a construção fosse pode reforçar o pertencimento a lenda, as cantigas e as brincadeiras..., o verbo estaria corretamente empregado no singular, pois o verbo pode concordar com o núcleo mais próximo.
Na construção proposta, o sujeito composto a lenda, as cantigas e as brincadeiras está posposto ao verbo. Quando o sujeito composto vem depois do verbo, a norma-padrão admite a concordância com o núcleo mais próximo, no caso lenda, no singular, ainda que também seja possível a concordância no plural. O emprego de pode está, portanto, correto.
Não procede a alegação de que a construção seria ambígua ou agramatical. A ordem inversa, com o sujeito posposto ao verbo e ao seu complemento, é plenamente admitida na língua. Além disso, a estrutura não permite confundir a lenda com complemento do substantivo pertencimento: se o termo fosse complemento nominal regido pela preposição a, haveria a fusão da preposição com o artigo definido feminino, o que exigiria o acento grave (pertencimento à lenda). A ausência da crase evidencia que a é artigo, e que a lenda, as cantigas e as brincadeiras constitui o sujeito, cujos núcleos aparecem todos determinados por artigo, em paralelismo (a lenda, as cantigas, as brincadeiras).

(correta) IV. Se o sujeito fosse reescrito como Um conjunto de lendas, cantigas e brincadeiras populares, a concordância no singular (pode) estaria em conformidade com a norma-padrão.
Em Um conjunto de lendas, cantigas e brincadeiras populares pode reforçar..., o núcleo do sujeito é o substantivo conjunto, no singular, com o qual o verbo concorda.

Assim, todas as afirmativas estão corretas, conforme o gabarito.
Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.
Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3512

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	21

Solicito a anulação da Questão 21, em razão da ambiguidade conceitual na descrição apresentada para o preenchimento da primeira lacuna.

O enunciado caracteriza a primeira memória como aquela que “retém a informação por poucos segundos e possui capacidade limitada de itens”, atribuindo como resposta correta a memória de curto prazo. Entretanto, essas características também são atribuídas à memória de trabalho na literatura científica, o que permite questionar a precisão da formulação utilizada.

Conforme Mourão Júnior e Faria (2015), no artigo Memória, publicado na revista Psicologia: Reflexão e Crítica, a memória de trabalho desempenha funções que ultrapassam o simples armazenamento de informações, estando relacionada à contextualização e ao gerenciamento das informações em processamento. Os autores destacam que não há convergência entre os pesquisadores quanto à definição desse conceito. Contudo, apontam como características consensuais sua duração ultrarrápida, de poucos segundos, e sua capacidade limitada, com retenção de aproximadamente cinco a nove itens, conforme referência a Goldberg (2009).

Observa-se, portanto, que as duas características expressamente utilizadas no enunciado para descrever a primeira lacuna também correspondem às características atribuídas à memória de trabalho pela referência científica mencionada. Embora memória de curto prazo e memória de trabalho não sejam necessariamente conceitos equivalentes, a questão não apresenta elementos funcionais adicionais que permitam diferenciá-los de maneira inequívoca, como a referência ao processamento e à manipulação de informações, associados à memória de trabalho.

Dessa forma, considerando que a descrição apresentada admite fundamentação teórica para a escolha da alternativa E, além da alternativa D indicada no gabarito preliminar, solicita-se a anulação da questão, diante da insuficiente precisão conceitual do enunciado para determinar uma única resposta possível.

Para fins de fundamentação, encaminha-se, em anexo, o artigo científico de Mourão Júnior e Faria (2015), com os trechos pertinentes devidamente grifados, a fim de destacar a definição de memória de trabalho apresentada pelos autores, especialmente quanto à duração de poucos segundos, à capacidade limitada e à ausência de convergência entre os pesquisadores acerca de sua definição.

REFERÊNCIA

MOURÃO JÚNIOR, C. A.; FARIA, N. C. Memória. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 28, n. 4, p. 780–788, out. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVkQM/?lang=pt

RESPOSTA	
Situação	Questão anulada
Questão	21

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que a questão deve ser anulada, conforme os fundamentos

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

apresentados a seguir:

A questão se insere no conteúdo programático "Psicologia da aprendizagem e processos cognitivos" e caracteriza o sistema de memória da primeira lacuna exclusivamente por dois atributos: reter a informação "por poucos segundos" e possuir "capacidade limitada de itens". Esses dois atributos, contudo, não são exclusivos da memória de curto prazo, sendo igualmente atribuídos à memória de trabalho pela literatura científica especializada. Mourão Júnior e Faria (2015), em artigo publicado na revista Psicologia: Reflexão e Crítica, registram que, embora não haja convergência entre os pesquisadores quanto à definição de memória de trabalho, há pontos consensuais a respeito de suas características, a saber, "sua duração ultrarrápida (de apenas poucos segundos) e sua capacidade limitada", com retenção de cerca de 5 a 9 itens. Os mesmos autores destacam a divergência conceitual existente no campo, observando que especialistas de renome conceituam de maneira diversa a própria memória de curta duração, e, no modelo multicomponente de Baddeley e Hitch, a memória de trabalho é concebida justamente como o sistema de armazenamento temporário e de capacidade limitada que reformula o conceito clássico de memória de curto prazo. O elemento que distinguiria a memória de trabalho, isto é, a manipulação e o processamento ativo da informação, não consta do enunciado, que descreve apenas a duração e a capacidade. Assim, tanto a sequência "memória de curto prazo, memória de longo prazo" quanto a sequência "memória de trabalho, memória de longo prazo" encontram respaldo em literatura idônea para o preenchimento das lacunas, de modo que a questão admite duas respostas defensáveis. A ausência de elemento que permita distinguir, de forma inequívoca, os dois sistemas de memória compromete o julgamento objetivo da questão e impõe a anulação.

Diante dos argumentos apresentados, a questão deve ser ANULADA.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3514

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	23

Solicito a revisão e a retificação do gabarito da Questão 23, da alternativa (C) para a alternativa (A) que assinalei.

A questão exige a ordem das etapas da pesquisa: (1) Delimitação do problema, (2) Coleta de dados, (3) Análise dos dados, e (4) Revisão da literatura. O gabarito oficial considerou a sequência (C) — itens 1, 4, 2, 3 —, afirmando que o problema deve vir obrigatoriamente antes da revisão da literatura.

No entanto, essa rigidez linear não reflete a realidade da prática científica.Primeiro, não existe um consenso único na literatura sobre uma ordem engessada para essas etapas iniciais. O autor Antônio Carlos Gil (2026), em sua obra Como Elaborar Projetos de Pesquisa (conforme trecho em anexo), explica que a ordem das etapas não é rígida e pode ser modificada conforme a necessidade do pesquisador. Segundo, na prática da pesquisa (especialmente em Psicologia), não é possível definir ou delimitar um problema de pesquisa (etapa 1) sem antes consultar a literatura (etapa 4).

O próprio Antônio Carlos Gil (2026) destaca que formular um bom problema exige "o exame aprofundado da literatura existente". Ou seja, a revisão bibliográfica é o que dá base para delimitar o problema, o que valida perfeitamente a sequência (4, 1, 2, 3) da alternativa (A). Diante disso, considerando a flexibilidade do método científico e o respaldo teórico da obra de Antônio Carlos Gil (2026), solicito a retificação do gabarito da questão para a alternativa (A) (ou, alternativamente, a anulação da questão).

Anexo: Trecho da obra de Antônio Carlos Gil (2026), Como Elaborar Projetos de Pesquisa, que comprova a flexibilidade das etapas e a importância de examinar a literatura antes de formular o problema.

REFERÊNCIA

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. p.19. ISBN 9786559777877.

RESPOSTA	
Situação	Questão anulada
Questão	23

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que a questão deve ser anulada, conforme os fundamentos apresentados a seguir:

A questão se insere no conteúdo programático "Métodos de pesquisa em Psicologia: qualitativos e quantitativos" e exige a ordenação de quatro etapas do método científico, entre elas a "definição e delimitação do problema de pesquisa" e a "revisão da literatura sobre o tema investigado". Embora a coleta de dados preceda necessariamente a análise e a interpretação desses dados, a posição relativa entre a delimitação do problema e a revisão da literatura não é fixa na literatura metodológica. De um lado, há modelos que situam a revisão da literatura após a definição do problema, como etapa de fundamentação teórica do estudo. De outro, a literatura metodológica reconhece amplamente que o exame da produção científica existente antecede e subsidia a formulação e a delimitação do problema, uma vez que é a partir do conhecimento

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

do que já foi investigado sobre o tema que o pesquisador identifica lacunas e precisa a pergunta de pesquisa; nesse sentido, as obras de metodologia de Antônio Carlos Gil, autor da referência bibliográfica da questão, destacam que as etapas da pesquisa não seguem ordem rígida e podem ser ajustadas conforme as necessidades do estudo. O enunciado, por sua vez, não delimita o modelo de pesquisa nem o autor a ser seguido, limitando-se a afirmar que a produção de conhecimento científico "segue um encadeamento de etapas". Assim, tanto a sequência que inicia pela delimitação do problema e segue com a revisão da literatura, "1, 4, 2, 3", quanto a sequência que inicia pela revisão da literatura e segue com a delimitação do problema, "4, 1, 2, 3", encontram respaldo em literatura idônea, de modo que a questão admite duas respostas defensáveis. A existência de duas respostas sustentáveis impede o julgamento objetivo da questão e impõe a anulação.

Diante dos argumentos apresentados, a questão deve ser ANULADA.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3515

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	39

Solicito a anulação da questão 39, visto que a afirmativa II contraria as diretrizes e normativas oficiais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A afirmativa II afirma incorretamente que a proteção social especial de média complexidade atende vínculos rompidos com oferta de acolhimento institucional. No entanto, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), a Proteção Social Especial divide-se estritamente de acordo com o grau de violação de direitos e o status dos vínculos:

Média Complexidade: Destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por violação de direitos, mas cujos vínculos familiares e comunitários NÃO foram rompidos (ex: atendimento via CREAS e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI).

Alta Complexidade: É a responsável por prover o Acolhimento Institucional (abrigos, casas-lar, etc.) justamente para indivíduos e famílias que se encontram em situação de vínculos familiares e/ou comunitários rompidos.

Portanto, a afirmativa II apresenta um erro conceitual ao atribuir o rompimento de vínculos e o acolhimento institucional à média complexidade, o que invalida a assertiva e compromete a correção da questão, justificando plenamente a sua anulação.

REFERÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	39

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

A questão se insere no conteúdo programático "Sistema Único de Assistência Social, SUAS: princípios, organização e funcionamento" e solicita ao candidato que identifique quais afirmativas estão corretas. Trata-se de questão de análise de afirmativas, na qual cabe ao candidato reconhecer as afirmações verdadeiras e as falsas, de modo que a presença de uma afirmativa propositalmente incorreta não constitui vício, mas o próprio objeto da avaliação. É exatamente o que ocorre com a afirmativa II, segundo a qual "a proteção social especial de média complexidade atende famílias cujos vínculos já foram rompidos, ofertando acolhimento institucional de caráter provisório". Essa afirmativa é falsa, pois, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a proteção social especial de média complexidade destina-se a famílias e indivíduos com direitos violados cujos

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, sendo ofertada, por exemplo, pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); o acolhimento institucional, destinado a quem se encontra com vínculos rompidos ou fragilizados a ponto de exigir afastamento do núcleo familiar, integra a proteção social especial de alta complexidade. Assim, a atribuição do rompimento de vínculos e do acolhimento institucional à média complexidade é precisamente o elemento que torna a afirmativa II incorreta, e o candidato que domina o conteúdo identifica esse erro e, por isso, exclui a afirmativa II da resposta. As demais afirmativas também foram corretamente valoradas: a afirmativa I é verdadeira, pois a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) define a proteção social básica como o conjunto de ofertas que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, prestada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública municipal destinada à oferta de serviços de proteção social básica às famílias (arts. 6º-A, inciso I, e 6º-C, § 1º); a afirmativa III é falsa, pois a LOAS estabelece como diretriz a "descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo" (art. 5º, inciso I), cabendo aos municípios a execução dos serviços socioassistenciais, e não à esfera federal. Desse modo, o erro conceitual apontado na afirmativa II não compromete a questão; ao contrário, confirma o gabarito, que reconhece como correta apenas a afirmativa I. Não há, portanto, erro na resposta apontada como correta, nem outra resposta que possa ser considerada correta.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS DE RECURSOS

Concurso Público - 01/2026 - Prefeitura Municipal de Arabutã

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3516

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	12

Solicito a revisão do gabarito preliminar da Questão 12, que considera correta a sequência F, F, F (alternativa D), especialmente quanto ao julgamento da primeira afirmativa, relativa à navegação anônima ou privada.

A afirmativa estabelece que a navegação anônima, também denominada InPrivate ou privada conforme o navegador, impede que o provedor de conexão e os sítios visitados tenham acesso a informações que permitam identificar o usuário durante a sessão.

Apesar de ser correto afirmar que a navegação privada não garante anonimato na internet, a redação empregada não especifica o sentido atribuído à expressão “identificar o usuário”. Essa expressão pode se referir à identificação pessoal direta, à identificação por meio de uma conta autenticada ou ao reconhecimento técnico de informações associadas à conexão e ao dispositivo, situações distintas do ponto de vista da privacidade digital.

A navegação privada possui características próprias relacionadas à redução do armazenamento local de informações, como histórico de navegação, cookies e dados de sessão, especialmente relevantes no contexto apresentado pelo enunciado, que trata da utilização de estações de trabalho compartilhadas. Assim, a ausência de delimitação do tipo de identificação mencionado pode gerar dúvida quanto ao alcance da afirmação e à distinção entre a proteção da privacidade no dispositivo utilizado e o anonimato perante terceiros.

Diante disso, solicita-se a reavaliação do julgamento da primeira afirmativa, considerando a necessidade de maior precisão na definição do conceito de identificação do usuário. Subsidiariamente, caso a banca entenda que a redação não permite determinar de maneira inequívoca o alcance da afirmação, solicita-se a anulação da questão.

REFERÊNCIAS

GOOGLE. Navegar no modo de navegação anônima. Ajuda do Google Chrome. Disponível em: https://support.google.com/chrome/answer/95464?hl=pt-BR.

MICROSOFT. Procurar InPrivate no Microsoft Edge. Suporte da Microsoft. Disponível em: https://support.microsoft.com/pt-br/edge/browse-inprivate-in-microsoft-edge.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	12

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O recurso apresentado pelo candidato não possui fundamentação suficiente para justificar a alteração do gabarito ou a

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

anulação da questão.
Embora o candidato argumente que a expressão "identificar o usuário" admite diferentes interpretações, a afirmativa estabelece que a navegação anônima impede o acesso a informações que permitam a identificação do usuário, o que é tecnicamente incorreto.
As próprias referências apresentadas pelo candidato confirmam que a navegação privada não impede o acesso a determinadas informações pelos provedores de conexão e pelos sites visitados.
O Google esclarece que o modo anônimo não torna o usuário invisível e que sites e provedores podem observar sua atividade. A Microsoft também informa que o modo InPrivate não impede o acesso do provedor de internet a informações da navegação.

Portanto, a primeira afirmativa é falsa, e permanece correta a sequência F - F - F.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	114
Candidato	Julia Coelho
Vaga	Psicólogo (40h) - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3517

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	18

Solicito a análise da possibilidade de anulação da Questão 18, referente ao processo histórico de formação político-administrativa do Município de Arabutã/SC, em razão de imprecisão conceitual na quinta assertiva.

A afirmação estabelece que “a realização do plebiscito encerrou a condição distrital e iniciou, naquele momento, a primeira administração municipal de Arabutã”. Entretanto, a redação reúne dois efeitos político-administrativos distintos, atribuindo ao plebiscito tanto o encerramento da condição distrital quanto o início da administração municipal, sem distinguir as etapas legais necessárias à constituição do município.

Conforme a Lei Estadual nº 8.474, de 12 de dezembro de 1991, o Município de Arabutã foi criado legalmente por ato legislativo estadual, enquanto sua instalação ocorreu posteriormente, conforme a legislação aplicável. A realização do plebiscito, portanto, não se confunde com a criação legal nem com o início efetivo da administração municipal.

Diante disso, solicita-se que a banca examine se a formulação da quinta assertiva apresenta precisão conceitual suficiente para uma classificação inequívoca, considerando a distinção entre consulta plebiscitária, emancipação político-administrativa e instalação municipal.

Assim, requer-se a análise da possibilidade de anulação da questão, caso a banca reconheça que a redação adotada compromete a clareza e a objetividade exigidas em uma questão de julgamento de assertivas.

REFERÊNCIA

SANTA CATARINA. Lei nº 8.474, de 12 de dezembro de 1991. Cria o Município de Arabutã. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/ato-normativo/9769.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	18

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

A questão apresenta formulação clara e suficiente para a determinação inequívoca da sequência indicada no gabarito, não havendo fundamento para anulação. A primeira assertiva é verdadeira, pois, antes da emancipação político-administrativa, Arabutã possuía a condição de distrito vinculado ao Município de Concórdia. A segunda também é verdadeira, uma vez que o plebiscito ocorreu em março de 1991 e a criação legal do Município de Arabutã ocorreu no mesmo ano, por meio da Lei Estadual nº 8.474, de 12 de dezembro de 1991.
A terceira assertiva é falsa justamente porque distingue adequadamente etapas diferentes do processo de emancipação. O plebiscito realizado em março de 1991 constituiu consulta à população e não formalizou, por si só, a criação jurídica do Município. Esta somente ocorreu posteriormente, mediante o correspondente ato legislativo estadual. Assim, não procede a

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 114

afirmação de que o plebiscito teria dispensado ato legal posterior.
A quarta assertiva é verdadeira. A criação legal do Município e a posse do primeiro prefeito constituem momentos distintos. A edição da lei de criação não implica, por si só, a imediata posse dos agentes políticos responsáveis pela primeira administração municipal, de modo que a distinção temporal e jurídico-administrativa expressa na assertiva está correta.
A quinta assertiva é falsa e sua redação não produz a alegada ambiguidade. Ao afirmar que a realização do plebiscito "encerrou a condição distrital e iniciou, naquele momento, a primeira administração municipal", a proposição atribui ao plebiscito efeitos que ele não produziu. A própria reunião desses dois efeitos em uma única proposição não a torna imprecisa para fins de julgamento; ao contrário, basta que o efeito atribuído ao plebiscito não corresponda ao processo jurídico-administrativo efetivamente ocorrido para que a assertiva, considerada integralmente, seja classificada como falsa. O plebiscito não se confunde com o ato legislativo de criação do Município nem com sua posterior instalação e o início da primeira administração municipal.
A argumentação apresentada, portanto, confirma a classificação da quinta assertiva como falsa, em vez de demonstrar vício na questão. A distinção entre consulta plebiscitária, criação legal e início da administração municipal é precisamente o conhecimento exigido para a correta avaliação das assertivas terceira, quarta e quinta. Não há duas interpretações juridicamente plausíveis que conduzam a sequências distintas, nem insuficiência de dados capaz de impedir a resolução.
Dessa forma, as assertivas apresentam, na ordem, os valores V, V, F, V, F. Mantém-se, portanto, o gabarito originalmente indicado, não havendo fundamento técnico para alteração ou anulação da questão.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

IDENTIFICAÇÃO	
Inscrição	59
Candidato	Suzamara Bautitz
Vaga	Pedagogo - Arabutã
Período	Prazo de recurso das questões e do gabarito da prova objetiva
Recurso nº	3507

SOLICITAÇÃO DO CANDIDATO	
Questão	4

I. Incorreta: O pronome demonstrativo "isso" realiza uma referência anafórica (retoma uma ideia apresentada anteriormente no texto). A referência catafórica anteciparia uma informação subsequente, o que não ocorre nesse uso do pronome.

II. Incorreta: O pronome "esses" está flexionado no masculino plural para retomar "povos" (os povos indígenas e quilombolas). Se o intuito fosse retomar diretamente o substantivo feminino "culturas", a forma gramatical utilizada teria sido "essas".

III. Incorreta: A oração "São povos historicamente presentes..." possui natureza declarativa/explicativa que reafirma e desenvolve a ideia anterior. Ela não é introduzida por uma estrutura adversativa nem equivale ao papel de uma oração coordenada adversativa iniciada por mas.

IV. Correta: Em "desafios que vivenciamos", o pronome relativo "que" retoma o antecedente "desafios" (coesão referencial). Analisando a oração subordinada adjetiva ("nós vivenciamos os desafios"), o verbo vivenciar é transitivo direto, o que confere ao pronome "que" a função sintática de objeto direto.

Gabarito: (B) IV, apenas.

RESPOSTA	
Situação	Indeferido
Questão	4

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

(incorreta) I. O pronome isso retoma cataforicamente o conteúdo apresentado na oração seguinte, antecipando a ideia de que os povos indígenas e quilombolas são historicamente presentes.
O pronome isso estabelece referência anafórica: retoma a ideia expressa no período anterior do texto, a necessidade de ouvir e reconhecer essas diversidades. Não antecipa, portanto, o conteúdo da oração seguinte.

(incorreta) II. O pronome esses estabelece referência anafórica às culturas indígenas e quilombolas mencionadas no contexto, cuja condição histórica é posteriormente reafirmada pela expressão São povos historicamente presentes.
O pronome esses, flexionado no masculino plural, não retoma o substantivo feminino culturas, com o qual não concorda. Refere-se aos povos indígenas e quilombolas, referente depreendido do contexto e confirmado em seguida por São povos historicamente presentes. Se retomasse culturas, a forma empregada seria essas. A afirmativa atribui ao pronome, portanto, referente que não lhe corresponde. A distinção entre os povos e suas culturas, reconhecida inclusive em parte dos recursos, é precisamente o que torna a afirmativa incorreta. Não se discute, na afirmativa, a existência de função coesiva do pronome, que de fato estabelece referência anafórica, mas a identificação do termo por ele retomado. A afirmativa indica como referente as culturas indígenas e quilombolas, e não os povos, de modo que o reconhecimento da função coesiva do demonstrativo não a torna correta.
(correta) III. A oração São povos historicamente presentes... estabelece uma relação de contraposição com a ideia

RESPOSTA (continuação) — Inscrição 59

anteriormente apresentada, equivalente ao sentido introduzido pela conjunção mas, ao reafirmar a presença contemporânea dos povos indígenas e quilombolas.

A afirmativa não trata da relação entre o segundo período e o período anterior em sua totalidade, mas da relação com a ideia anteriormente apresentada, isto é, a de que esses são povos do passado. Com essa ideia, a oração São povos historicamente presentes estabelece clara relação de contraposição: à representação dos povos indígenas e quilombolas como povos do passado opõe-se sua caracterização como historicamente presentes, com produções e lutas contemporâneas. Essa oposição entre passado e presente corresponde ao sentido de contraste expresso pela conjunção mas (não são povos do passado, mas povos historicamente presentes).

Quanto à alegação de que a relação entre os períodos admitiria leitura explicativa, cumpre observar que a eventual possibilidade de se articular o segundo período ao primeiro por meio de conjunção explicativa não elimina a relação de contraposição que a oração estabelece com a ideia de que esses seriam povos do passado, que é o objeto da afirmativa. A reformulação proposta em recurso (...para não reforçar no imaginário dos estudantes que esses são povos do passado, pois são povos historicamente presentes...) confirma, aliás, a relação de contraposição: a oração só pode funcionar como justificativa porque a caracterização desses povos como historicamente presentes se opõe à ideia de que seriam povos do passado. A relação explicativa entre os períodos não exclui, portanto, a contraposição identificada na afirmativa; ao contrário, nela se apoia. Do mesmo modo, a classificação das orações como coordenadas assindéticas, invocada em recurso, não afasta a relação de oposição, pois, entre orações justapostas, as relações semânticas se depreendem do sentido, e não da presença de conectivo, e a afirmativa não sustenta haver conjunção adversativa no trecho, mas equivalência de sentido com a introduzida por mas.

(correta) IV. O pronome relativo que, em que vivenciamos, estabelece coesão referencial ao retomar o termo desafios, mencionado anteriormente, e exerce a função de objeto direto do verbo vivenciar.

O pronome relativo que retoma o antecedente desafios, estabelecendo coesão referencial, e, na oração adjetiva (vivenciamos os desafios), exerce a função de objeto direto do verbo transitivo direto vivenciar.

Assim, estão corretas as afirmativas III e IV, conforme o gabarito.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.